

Modelo de declarações iniciais – Lista de direitos e advertências básicas
(Processos criminais e de trânsito)

Model Opening Statement - Listing of Basic Rights and Advisements
(Criminal and Traffic Sessions - Portuguese)

1. Bem-vindos.
2. Ordem da pauta do tribunal.
3. As audiências são gravadas.
4. Acusações & penalidades.
5. Direito do réu à prorrogação.
6. Direito do réu a ser representado por um advogado.
7. Direito do réu a um defensor público.
8. Direitos do réu.
 - a. Direito de permanecer em silêncio.
 - b. Direito de ser presumido inocente.
9. Declarar-se culpado ou não culpado.
10. Direitos renunciados ao declarar-se culpado.
11. Declarar-se não culpado.
12. Competência do tribunal.
13. Carteira de habilitação comercial.
14. Acordo penal.
15. Multas do tribunal, custos e penalidades podem ser diferentes da classificação estadual de infrações.
16. Penalidades adicionais podem ser impostas pela Comissão de Veículos Motorizados (Motor Vehicles Commission) - MVC.
17. Multas de estacionamento.
18. Prazo de Pagamento e Alternativas de Sentença.
19. Direito e prazo para interposição de recurso.
20. Consequências para imigração e deportação.
21. Projeto de assistência aos veteranos de guerra de Nova Jersey.
22. Perguntas dos réus.

Esboço do modelo de declarações iniciais para tribunais municipais em Nova Jersey (Processos criminais e de trânsito)

Outline for Model Opening Statement for Municipal Courts in New Jersey (Criminal and Traffic Sessions - Portuguese)

Estes são os direitos e advertências básicas que devem ser incluídos em todas as declarações iniciais dos tribunais municipais (R. 7:14-1):

1. BEM-VINDOS.

Exemplo:

Bom dia (tarde) e bem-vindos ao Tribunal Municipal _____. Eu sou o Juiz _____. Que conste dos autos a data de hoje _____ às _____.

2. ORDEM DA PAUTA DO TRIBUNAL.

Anuncie a ordem geral em que os processos serão ouvidos durante a sessão do tribunal em conformidade com o R. 7:14-3. Você talvez queira dar uma breve explicação a respeito dos termos jurídicos, tal como "acusação formal" (arraignment) em uma linguagem que uma pessoa leiga possa entender. Segue abaixo um exemplo da ordem geral da pauta:

Exemplo:

Em conformidade com os Regulamentos do Tribunal, os processos com advogados têm prioridade já que muitos deles são obrigados a comparecer em outras sessões judiciais ao mesmo tempo. Em seguida o tribunal chamará os casos de audiências preliminares, declarações de culpa e outros processos sumários. As últimas chamadas serão julgamentos e outros processos contestados.

3. AS AUDIÊNCIAS SÃO GRAVADAS.

Exemplo:

Todas as audiências neste tribunal são gravadas. Ninguém deve falar na sala de audiência a não ser seus funcionários e as pessoas perante o juiz. Telefones celulares e pagers devem ser desligados.

4. ACUSAÇÕES & PENALIDADES.

Exemplo:

Você tem o direito de ser informado sobre as acusações feitas contra você e as penalidades consequentes.

5. DIREITO DO RÉU À PRORROGAÇÃO.

Exemplo:

Você tem o direito a uma prorrogação por um prazo razoável por causa justa, como a consulta a um advogado e a preparação de uma defesa adequada.

6. DIREITO DO RÉU A SER REPRESENTADO POR UM ADVOGADO.

Exemplo:

Você tem o direito de ser representado por um advogado. Se você decidir prosseguir sem a representação de um advogado por acusações sujeitas a pena de prisão, perda do privilégio ao uso da carteira de habilitação ou multas acima de \$800, farei algumas perguntas para certificar-me de que você está renunciando do direito de ser representado por um advogado de forma consciente e inteligente.

7. DIREITO DO RÉU A UM DEFENSOR PÚBLICO.

Exemplo:

Você tem direito a um advogado nomeado pelo tribunal se não tem condições financeiras para contratar seu próprio advogado e se (a) você está sujeito a pena de prisão; (b) a perda do privilégio ao uso da carteira de

habilitação ou (c) a multas acima de \$800; e se você se qualifica financeiramente. Você tem que preencher um formulário com um questionário sobre sua renda e seus bens e a apresentar os comprovantes da sua renda, bens e despesas podem ser solicitados. Se você solicitar um advogado nomeado pelo tribunal, será cobrada uma taxa de solicitação de até \$200, a qual o tribunal poderá reduzir ou eliminar havendo uma causa justa.

8. DIREITOS DO RÉU.

a. Direito de permanecer em silêncio.

Exemplo:

Você tem o direito constitucional de permanecer em silêncio; ninguém pode forçá-lo a testemunhar ou fazer declarações em seu nome ou convocar testemunhas ou prestar qualquer tipo de defesa. Se você optar por não depor, isto não terá nenhuma influência na minha decisão de culpá-lo ou não pelo crime que você é acusado.

b. Direito de ser presumido inocente.

Exemplo:

Você é presumido inocente, a menos e até que sua culpa seja comprovada. O promotor é o advogado que representa o Estado e apresenta as causas ao tribunal. Na maioria dos casos o promotor tem que provar sua culpa acima de qualquer suspeita razoável. Jamais será seu o ônus ou obrigação de provar sua inocência.

9. DECLARAÇÃO DE CULPADO OU NÃO CULPADO.

Exemplo:

Você poderá declarar-se culpado ou não culpado pelas acusações.

10. DIREITOS RENUNCIADOS AO DECLARAR-SE CULPADO.

Exemplo:

Se você se declarar culpado, você estará renunciando ao seu direito a um julgamento e seu direito de permanecer calado. Vou fazer umas perguntas sobre o que aconteceu para estabelecer o que chamamos de “matéria de fato” (factual basis) e outras perguntas para certificar-me de que você está renunciando ao seu direito a um julgamento de forma consciente e voluntária, que você é culpado pelas acusações e que decidiu prosseguir sem advogado de forma consciente e inteligente, se não for representado por um advogado. Você poderá apresentar as explicações que considera importantes para o seu processo e que podem afetar a sentença a ser imposta.

11. DECLARAÇÃO DE NÃO CULPADO.

Exemplo:

Se você se declarar não culpado, você terá direito a um julgamento no qual você ou seu advogado poderá convocar ou intimar testemunhas a seu favor e você poderá testemunhar ou fazer declarações se assim o desejar. Se for a julgamento, explicarei os procedimentos antes do início do julgamento.

12. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL.

Exemplo:

O tribunal tem competência para julgar todas as infrações de trânsito que ocorrem neste município, bem como as chamadas de crimes contra a ordem pública puníveis com até seis meses de prisão e multa de até \$1000, e também sobre contravenções penais leves contra a ordem pública puníveis com até 30 dias de prisão e multa de até \$500. Alguns crimes referentes a drogas podem acarretar sanções obrigatórias adicionais e a possível perda do seu privilégio ao uso da carteira de habilitação por até 2 anos. Eu também posso impor um prazo de suspensão condicional da pena (probationary term) com condições tais como terapia, serviços comunitários, restituição, análise toxicológica, etc. O tribunal também julga as infrações das portarias locais (infrações das leis locais), infrações de caça e pesca e infrações de pesos e medidas.

13. CARTEIRA DE HABILITAÇÃO COMERCIAL.

Exemplo:

Se você possui carteira de habilitação comercial, a Comissão de Veículos Motorizados (Motor Vehicle Commission) - MVC poderá suspê-la se você se declarar culpado ou se for condenado após o julgamento de determinadas infrações de trânsito graves cometidas no seu veículo comercial ou particular.

14. ACORDO PENAL.

Exemplo:

O acordo penal é permitido pelo Supremo Tribunal de N.J. na maioria dos casos, exceto em crimes de embriaguez ao volante e crimes referentes a drogas. Isto significa que, com a exceção destes casos, você poderá falar com o promotor para saber como seu caso pode ser resolvido. O acordo penal de culpabilidade poderá resultar na alteração da sua acusação por um crime de menor gravidade ou possivelmente em uma acusação que não agregue pontos à carteira ou agregue uma quantidade menor de pontos, ou poderá resultar na extinção do processo ou na fusão de algumas acusações, ou o promotor poderá estabelecer multa, termo de prisão ou outra recomendação de sentença. O promotor geralmente consulta o policial que emitiu a intimação ou queixa e as vítimas, e poderá avaliar seus antecedentes criminais em qualquer acordo de culpabilidade penal.

15. MULTAS DO TRIBUNAL, CUSTOS E PENALIDADES PODEM SER DIFERENTES DA CLASSIFICAÇÃO ESTADUAL DE INFRAÇÕES.

Exemplo:

Você deve estar ciente de que ao se declarar culpado ou se for considerado culpado de uma acusação que poderia ter sido paga via correio ou internet, o tribunal não é obrigado a impor o mesmo valor da multa e custas que você teria pago inicialmente. Em contrapartida, o tribunal poderá impor o valor máximo da multa e das custas permitido por lei. Se eu concluir que você agiu de forma deliberada, a lei confere-me autoridade para suspender sua carteira de habilitação além de impor multas e custas.

16. PENALIDADES ADICIONAIS PODEM SER IMPOSTAS PELA COMISSÃO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS (MOTOR VEHICLES COMMISSION) – MVC.

Exemplo:

Além das sanções que eu venha a impor por condenações referentes a veículos motorizados, a Comissão de Veículos Motorizados poderá impor sanções adicionais tais como pontos na carteira por infrações de trânsito (como excesso de velocidade ou imprudência ao volante) e encargos adicionais para certos tipos de condenações, ou a MVC poderá suspender sua carteira de habilitação. O tribunal está conectado à MVC via computador de modo que as condenações deste tribunal são informadas à MVC quando da entrada dos dados. Se você é condutor de outro estado, a MVC de Nova Jersey informará as condenações à MVC do seu estado domiciliar, o que poderá afetar seus privilégios de habilitação naquele estado.

17. MULTAS DE ESTACIONAMENTO.

Exemplo:

Se você está no tribunal para contestar uma infração de estacionamento, saiba que você não tem o direito de permanecer calado e o promotor bem como o policial que emitiu a multa não são obrigados a comparecer pessoalmente, a menos que eu os ordene a fazê-lo. O processo referente a infrações de estacionamento é considerado de natureza cível e você não tem direito a um defensor público, e a comprovação da sua culpa não precisa ser estabelecida acima de qualquer suspeita razoável. Eu posso basear-me meramente em três fatos:

- a. Sua Citação detalha uma infração de estacionamento adequada; e
- b. Identifica o veículo envolvido de forma satisfatória; e
- c. Que o veículo, segundo a Comissão de Veículos Motorizados, era de sua propriedade ou registrado em seu nome na data e hora da infração.

Portanto, é a sua obrigação de dizer sob juramento porque você não deve ser condenado. Não é considerada uma defesa você declarar que jamais recebeu a multa de estacionamento ou que outra pessoa estacionou o veículo

ilegalmente. Você, como proprietário do veículo, é fundamentalmente o responsável. Não há restrição ao seu direito de permitir que familiares ou amigos usem seu veículo, mas, neste caso, se eles recebem uma Citação e não o informam, isto não serve como defesa. Você poderá reivindicar o ressarcimento do motorista infrator junto ao Tribunal Superior. No caso de infrações de estacionamento, a sua declaração negando a culpa por si só pode não ser suficiente para comprovar sua inocência e as provas mais eficazes seriam fotografias ou vídeos do local e das placas em questão. Se você necessita de um prazo para obter fotografias ou vídeos, você pode solicitar uma breve prorrogação para este fim.

18. PRAZO DE PAGAMENTO E ALTERNATIVAS DE SENTENÇA.

Exemplo:

As multas e custas são devidas no dia da sentença. Se você não puder pagar o valor integral das multas hoje, talvez seja possível parcelar o valor ou solicitar ao tribunal outra alternativa de sentença. Você terá que preencher um Questionário Financeiro (Financial Questionnaire), o qual vou analisar nos autos antes da concessão da ordem de parcelamento.

19. DIREITO E PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

Exemplo:

Você tem 20 dias para interpor recurso caso não esteja satisfeito com a decisão ou sentença deste tribunal. Seu recurso será julgado pelo Tribunal Superior e, na maioria dos casos, o juiz do Tribunal Superior decide a causa com base nos autos que estamos registrando (chamados transcrição). Um pacote de formulários para o recurso está disponível na secretaria do tribunal.

20. CONSEQUÊNCIAS PARA IMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO.

[Deverão ser lidas literalmente, segundo as exigências da Diretriz Nº 09-11]

Se você não é cidadão dos Estados Unidos e declarar-se culpado ou for condenado por determinados crimes julgados no tribunal municipal, inclusive alguns crimes referentes a veículos motorizados, isto poderá resultar na sua deportação dos Estados Unidos ou poderá impedir sua readmissão nos Estados Unidos se você deixar o país voluntariamente, ou poderá impedi-lo permanentemente de obter a cidadania americana. Você tem o direito de consultar um advogado sobre o impacto da declaração de culpa na sua condição imigratória.

21. PROJETO DE ASSISTÊNCIA AOS VETERANOS DE GUERRA DE NOVA JERSEY.

Uma nota especial para veteranos militares. Um programa chamado Projeto de Assistência aos Veteranos existe para encaminhá-los aos recursos comunitários de serviços referentes a moradia, tratamento de saúde mental, tratamento de abuso de drogas, assistência financeira, serviços jurídicos, educação e benefícios de veteranos, incluindo a possibilidade de designar outro veterano como seu mentor. Os funcionários do tribunal podem fornecer um folheto que descreve o programa e os formulários de solicitação. Os funcionários também podem ajudá-lo a preencher a solicitação.

22. PERGUNTAS DOS RÉUS.

Exemplo:

Se tiver alguma dúvida que eu não tenha respondido, por favor não hesite em perguntar quando seu processo for chamado.